

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.771 DISTRITO FEDERAL**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. LUIZ FUX</b>
<b>REQTE.(S)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA</b>
<b>INTDO.(A/S)</b>	<b>: PRESIDENTE DA REPÚBLICA</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO</b>
<b>INTDO.(A/S)</b>	<b>: CONGRESSO NACIONAL</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO</b>

**DECISÃO:** Trata-se de pedidos de ingresso no feito, na qualidade de *amici curiae*, formulados pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo, pela Comissão Pastoral da Terra - CPT, pelo Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis Residenciais e Comerciais do Estado de São Paulo - SECOVI-SP e pela Associação das Empresas de Loteamento e Desenvolvimento Urbano do Estado de São Paulo - AELO-SP (docs. 19, 21 e 31).

O artigo 7º, § 2º, da Lei federal 9.868/1999 autoriza a admissão da manifestação de órgãos ou entidades investidas de representatividade adequada nos processos de controle abstrato de constitucionalidade que versem sobre matérias de grande relevância.

A despeito de sua tradicional qualificação como processo objetivo, o controle abstrato de constitucionalidade não deve cingir-se apenas ao mero cotejo de diplomas normativos, mas também considerar o cenário fático sobre o qual incide a norma objurgada, ampliando o acesso à jurisdição constitucional a novos atores que, em alguma medida, sejam afetados em sua esfera jurídica.

Com efeito, o *telos* precípua da intervenção do *amicus curiae* consiste na pluralização do debate constitucional, com vistas a municiar a Suprema Corte dos elementos informativos necessários ou mesmo trazer novos argumentos para o deslinde da controvérsia. Assim, a habilitação de entidades representativas se legitima sempre que restar efetivamente demonstrado o nexo de pertinência entre as finalidades institucionais da entidade e o objeto da ação direta.

*In casu*, verifica-se que há pertinência temática entre a questão de fundo debatida nos autos – regularização fundiária rural e urbana – e as atribuições institucionais das postulantes – defesa dos hipossuficientes;

**ADI 5771 / DF**

defesa dos direitos dos rurícolas; e representação dos interesses das empresas do setor imobiliário –, com a devida representatividade.

*Ex positis*, **ADMITO** o ingresso da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, da Comissão Pastoral da Terra - CPT, do Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis Residenciais e Comerciais do Estado de São Paulo - SECOVI-SP e da Associação das Empresas de Loteamento e Desenvolvimento Urbano do Estado de São Paulo - AELO-SF, no feito, na qualidade de *amici curiae*.

Publique-se.

Brasília, 27 de setembro de 2019.

Ministro **LUIZ FUX**

Relator

*Documento assinado digitalmente*